



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS BISPOS DA AUSTRÁLIA POR OCASIÃO DA VISITA "AD LIMINA APOSTOLORUM"

14 de Dezembro de 1998

Caro Cardeal Clancy

Queridos Irmãos Bispos!

1. Saúdo-vos calorosamente, Bispos da Austrália, com as palavras do Apóstolo Pedro: «Paz a todos vós que estais em Jesus Cristo» (1 Pd 5, 14). A vossa visita «*ad Limina*» realiza-se contemporaneamente com a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Oceânia, por ocasião da qual, entre as alegrias e os anseios do vosso serviço sacerdotal, entrastes no *colloquium fraternitatis* com os vossos Irmãos Bispos da Nova Zelândia, de Papua-Nova Guiné, das Ilhas Salomão e de toda a região do Pacífico, sobre a centralidade de Cristo, o Caminho, a Verdade e a Vida dos povos do vosso continente. Os representantes da vossa Conferência encontraram-se com vários responsáveis dos Dicastérios da Santa Sé, para discutir aspectos do vosso ministério na situação particular da Igreja no vosso País. Desejo encorajar-vos a olhar para as forças profundas da comunidade católica na Austrália que, no meio de mudanças muitas vezes desconcertantes, continua a escutar a Palavra de Deus e a produzir abundantes frutos de santidade e de serviço evangélico.

2. Os vossos encontros com algumas Congregações da Cúria Romana estiveram centrados sobre as questões da doutrina e da moral, da liturgia, do papel do Bispo, da evangelização e da missão, do sacerdócio, da vida religiosa e da educação católica. Em cada uma destas áreas, a vossa responsabilidade pessoal de Bispos é absolutamente vital e será o tema fundamental destas breves reflexões.

A partir do Concílio Vaticano II, a figura do Bispo diocesano emergiu com novo vigor e nova clareza. Com os vossos Irmãos Bispos, e em união com o Sucessor de Pedro, recebestes por obra do Espírito Santo a tarefa de cuidar da Igreja de Deus, a esposa adquirida com o preço do sangue do Filho Unigénito, o Senhor Jesus Cristo (cf. Act 20, 28).

Os Bispos são «a fonte visível e o fundamento da unidade nas suas Igrejas particulares», precisamente como o Sucessor de Pedro é «a fonte perpétua e visível da unidade» de todos os Bispos e, com eles, de todo o conjunto dos fiéis. Dado que as Igrejas particulares, presididas pelos respectivos Bispos, representam uma porção do Povo de Deus confiada ao governo pastoral dos Bispos, elas não são completas em si mesmas, mas existem em e através da comunhão com a Igreja una, santa, católica e apostólica. Por este motivo, «todos os Bispos devem, com efeito, promover e defender a unidade da fé e a disciplina comum de toda a Igreja» (*Lumen gentium*, 23). Cada Bispo, portanto, é chamado a assumir a plena responsabilidade, opondo-se de maneira resoluta a tudo o que pode prejudicar a fé que foi transmitida (cf. 1 *Cor* 4, 7). A fim de que o seu ministério de santificar, ensinar e governar seja de veras eficaz, é óbvio que o estilo de vida de um Bispo tem de ser irrepreensível: deve lutar abertamente pela santidade e, com generosidade e sem hesitações, consagrar-se ao serviço do Evangelho.

3. Ainda recentemente, a comunidade católica na Austrália experimentou uma notável expansão. A vossa história é marcada por uma grande instituição, edificada em breve tempo não obstante os recursos limitados. Dioceses, paróquias, comunidades religiosas, escolas, seminários, organizações de todo o género surgiram como testemunho da força da fé católica no vosso País e da imensa generosidade de quantos a levaram ali. Agora, parece que este impulso está a diminuir e que a Igreja na Austrália se encontra diante de uma situação complexa, que exige um atento discernimento por parte dos Bispos e uma resposta confiante e séria de todos os católicos. O interrogativo fundamental refere-se à relação entre a Igreja e o mundo. Essa relação foi fundamental para o Concílio Vaticano II e, após mais de trinta anos, continua tal para a vida da Igreja. A resposta que dermos a este interrogativo determinará a resposta que daremos a uma gama de outros importantes e concretos interrogativos. A progressiva secularização da sociedade comporta a tendência a fazer obscurecer os confins entre a Igreja e o mundo. Alguns aspectos da cultura dominante podem condicionar a comunidade cristã de uma maneira que o Evangelho não permite. Às vezes falta a vontade de enfrentar as premissas culturais, como o Evangelho exige. Isto muitas vezes é acompanhado por uma abordagem acrítica do problema do mal moral e pela relutância a reconhecer a realidade do pecado e a necessidade do perdão. Esta atitude encarna uma visão muito otimista da modernidade, juntamente com uma certa inquietação em relação à Cruz e às suas implicações para a vida dos cristãos. Com muita facilidade se esquece do passado, e o presente é de tal modo ressaltado que o sentido do sobrenatural se enfraquece. Um alterado respeito pelo pluralismo conduz a um relativismo, que põe em dúvida as verdades ensinadas pela fé e acessíveis à razão humana; isto, por sua vez, leva à confusão acerca da essência da liberdade autêntica.

Tudo isto causa incerteza sobre o contributo peculiar que a Igreja é chamada a oferecer ao mundo.

Ao falar do diálogo da Igreja com o mundo, o Papa Paulo VI usou a expressão *colloquium salutis*; não só diálogo por amor a ele, mas um diálogo que encontra a sua fonte na Verdade que liberta e salva. O *colloquium salutis* exige que a Igreja seja diferente precisamente por amor ao diálogo. A fonte inexaurível dessa diversidade é a força do mistério pascal, que proclamamos e comungamos. É no mistério pascal que descobrimos a verdade absoluta e universal - a verdade sobre Deus e sobre a pessoa humana - que foi confiada à Igreja a qual, por sua vez, a oferece aos homens e mulheres de todas as épocas. Nós, Bispos, nunca devemos perder a confiança no chamamento que recebemos a uma humilde e tenaz *diakonia* dessa verdade. A fé e a missão apostólica que recebemos impõem-nos a obrigação solene de transmitir a verdade a todos os níveis do nosso ministério.

4. Visto que o Bispo é «o administrador da graça do supremo sacerdócio» (*Lumen gentium*, 26), o seu serviço à verdade tem uma aplicação específica e primária na vida litúrgica da sua Diocese. Ele deve fazer tudo o que for necessário para assegurar que a liturgia, através da qual «se actua a obra da nossa redenção» (*Sacrosanctum concilium*, 2), permaneça fiel à sua mais íntima natureza: louvor e adoração do Pai Eterno (cf. *ibid.*, 7). É particularmente importante que o Bispo ofereça um sadio ensinamento da teologia litúrgica e da espiritualidade nos seminários e instituições similares. Deve também velar pela criação dos recursos de que a sua Diocese tem necessidade, tais como sacerdotes, diáconos e leigos instruídos propriamente para ela, comissões actantes e grupos de trabalho para a promoção da liturgia, da música e arte litúrgicas, e para a construção e manutenção de igrejas que, com o seu estilo e os seus adornos, estejam em estreita harmonia com os valores fundamentais da tradição católica. Além disso, quer entre os membros do clero quer entre os leigos, devem existir instrumentos idóneos para a formação permanente e para uma catequese constante acerca do significado mais profundo das várias celebrações litúrgicas. Em muitos casos, servirá de ajuda unir os próprios recursos aos das Dioceses vizinhas ou, em todo o caso, aos existentes em toda a nação. Tais medidas não deveriam reduzir a tarefa do Bispo de ordenar, promover e tutelar a vida litúrgica da Igreja particular (cf. *Vicesimus quintus annus*, 21).

Visto que o sacrifício da Missa é «fonte e centro de toda a vida cristã» (*Lumen gentium*, 11), encorajo-vos a exortar os sacerdotes e os leigos a quererem fazer sacrifícios concretos, a fim de que a Missa dominical seja celebrada e seguida. As precedentes gerações de católicos da Austrália demonstraram a profundidade da sua fé, através do alto respeito pela Eucaristia e pelos outros Sacramentos. Esse espírito é parte integrante da vida católica e da nossa tradição espiritual que deve ser reafirmada.

5. Na preparação e celebração do próximo Grande Jubileu como tempo de conversão e de reconciliação, há amplo espaço para um grande esforço de catequese em relação ao Sacramento da Penitência. Hoje é possível e necessário superar algumas aplicações superficiais das ciências humanas no acesso à formação das consciências. A Igreja na Austrália deveria convidar os católicos a redescobrirem o mistério salvífico do amor e da misericórdia do Pai, através desta experiência humana, transformadora e profundíssima que é a confissão individual e completa e a relativa absolvição. Como ressalta o Catecismo da Igreja Católica, é o único modo ordinário graças ao qual os fiéis se reconciliam com Deus e com a Igreja (cf. n. 1484). A natureza pessoal do pecado, da conversão, do perdão e da reconciliação é o motivo por que o Segundo Rito da Penitência exige a confissão pessoal dos pecados e a absolvição individual. Por este mesmo motivo, a confissão e a absolvição gerais são apropriadas somente nos casos de grave necessidade, previstos com clareza pelas normas litúrgicas e canónicas. Como primeiros responsáveis pela vida e a disciplina da Igreja, sabereis certamente explicar aos fiéis as razões teológicas, pastorais e antropológicas da prática eclesial, segundo a qual as crianças que atingiram a idade da razão recebem o Sacramento da Penitência, antes da sua primeira sagrada Comunhão (cf. *cân.* 914). Está em jogo o respeito pela integridade da sua relação pessoal e individual com Deus.

6. Como várias vezes foi repetido durante o actual Sínodo, existe umnexo directo entre o ministério do Bispo e a condição do sacerdócio na sua Diocese, quer quanto à escolha de candidatos idóneos quer quanto ao exercício do ministério sacerdotal. Observastes uma diminuição no número daqueles que respondem ao chamamento de Deus ao sacerdócio e à vida religiosa, de quantos exercem o ministério activo e também a idade sempre mais avançada de quantos hoje servem a Igreja. Justamente procurastes resolver este problema pastoral, com a oração e vários

programas de promoção vocacional. O facto que a carência de vocações não se verifica em toda a parte com a mesma intensidade indicaria que o ideal do empenho, do serviço e do dom incondicional de si por amor de Jesus Cristo ainda fala a muitos corações, em particular lá onde os jovens encontram sacerdotes que vivem, o mais radicalmente possível, o amor do Bom Pastor que «dá a sua vida pelas ovelhas» (*Jo* 10, 11; *Pastores dabo vobis*, 40). Hoje, a nova geração de católicos demonstra uma notável capacidade de responder à chamada a uma vida espiritual generosa e exigente, precisamente porque percebe com rapidez que a dominante cultura egocêntrica é incapaz de satisfazer as necessidades mais profundas do coração humano. Nesta busca, ela espera ser guiada. Tem necessidade de autênticas testemunhas da mensagem evangélica.

De vários modos a diminuição do número dos sacerdotes no ministério activo é contrabalançada por uma crescente participação dos leigos na vida paroquial. Os leigos, homens e mulheres, trabalham com frequência em estreito contacto com os párocos nos sectores litúrgicos, na catequese, na administração prática da paróquia e no esforço por atrair outras pessoas à Igreja, por meio da sua obra e do seu apostolado (cf. *Apostolicam actuositatem*, 10). Compete ao Bispo organizar de maneira adequada esta colaboração, em particular assegurando que o pároco não seja percebido só como um ministro entre tantos, com uma particular responsabilidade pelos sacramentos, mas cuja missão doutrinal e governo são limitados pela vontade da maioria ou de uma minoria influente.

O sentido australiano de igualdade não deve ser utilizado como pretexto para privar o pároco da autoridade e dos deveres pertencentes ao seu ofício, dando a impressão de que o sacerdócio ministerial é menos essencial para a comunidade eclesial local.

Todo o Bispo reconhece a importância da proximidade aos seus sacerdotes, pois para eles é um pai que os confirma e os corrige quando é necessário. Num clima cultural dominado pelo pensamento subjectivista e pelo relativismo moral, a transmissão da fé e a apresentação do ensino e da disciplina da Igreja devem ser motivo de grave preocupação para os Sucessores dos Apóstolos. Infelizmente, o ensinamento do Magistério debate-se com reservas e dúvidas, tendência esta que é alimentada pelo interesse dos meios de comunicação social quanto à divergência, ou, nalguns casos, pela intenção de utilizar os mass media como um estratagema para constringir a Igreja a mudanças que ela não pode efectuar. A tarefa do Bispo não consiste em sair vencedor das disputas, mas em conquistar almas para Cristo, não em empenhar-se em disputas ideológicas, mas em encorajar uma luta espiritual em nome da verdade, não em preocupar-se pelo próprio êxito ou promoção, mas em proclamar e defender o Evangelho.

7. É necessário anunciar a verdade com clareza, amor e confiança, pois a verdade que proclamamos pertence a Cristo e é, de facto, a verdade a que todos anelam, independentemente de quanto possam parecer privados de interesse ou contrários a ela. O nosso *colloquium salutis* só produzirá bons resultados se o Espírito Santo respirar através do nosso ser e se tornar a nossa voz. Neste momento de comunhão, portanto, invoquemos aquele mesmo Espírito Santo

«cuja vinda é suave», como diz São Cirilo de Jerusalém «cujo fardo é tão leve... pois Ele vem para salvar, curar, ensinar, advertir, fortalecer, exortar e iluminar a mente» (*Catequese*, XVI, 16). Recomendo às vossas orações e reflexões, à vossa responsabilidade e acção, o documento que sintetiza os vossos encontros com os vários Dicastérios da Santa Sé. Todos nós sabemos que o tríplice múnus episcopal de ensinar, santificar e governar é difícil e muitas vezes pesado, e que implica o sofrimento e a Cruz. Contudo, como o próprio Documento afirma: «do mistério da Cruz aprendemos uma sabedoria que transcende a nossa debilidade e os nossos limites: aprendemos que em Cristo a verdade e o amor são uma só coisa, e n'Ele encontramos o significado da nossa vocação» (n. 17).

É sobretudo a Mãe do Redentor que, com o seu *Magnificat* repleto de Espírito, nos leva a louvar a Deus que nos chamou «das trevas para a Sua Luz admirável» (1 *Pd* 2, 9). Que Maria, Auxílio dos cristãos, vele sobre o vosso País e o seu povo! Em penhor das graças e da paz n'Aquele que é sempre «o Caminho, a Verdade e a Vida» (*Jo* 14, 6), concedo de coração a minha Bênção Apostólica a vós, aos sacerdotes, aos religiosos e aos leigos que vivem na Austrália.